



abralic

experiências literárias textualidades contemporâneas

A DILUIÇÃO DE FRONTEIRAS: O ENTRELUGAR DO DISCURSO E LITERATURAS EM TRÂNSITO EM *A MAP TO THE DOOR OF NO RETURN: NOTES TO BELONGING* DE DIONNE BRAND E *I, RIGOBERTA MENCHÚ: AN INDIAN WOMAN IN GUATEMALA* DE RIGOBERTA MENCHÚ

Fernanda Vieira de Sant' Anna (UERJ)

Valéria Silva de Oliveira (UERJ)

A globalização e o crescente fluxo de informação nas sociedades contemporâneas deram fluidez aos processos migratórios em todo o mundo. No entanto, a ideia de integração está longe de se tornar uma realidade. As teorias críticas e os estudos culturais e literários atuais sugerem que há um mosaico de contradições (HALL, 1996). O sujeito remapeado, resultante de um deslocamento territorial, cultural e social, rompe barreiras linguísticas e culturais para traduzir suas novas experiências de mundo através de uma língua estrangeira. Nesse cenário de diluição de fronteiras, sejam elas globais ou locais, as obras de *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging* (2001) de Dionne Brand e *I, Rigoberta Menchú: An Indian Woman in Guatemala* (2009), de Rigoberta Menchú se destacam na fluidez da construção da subjetividade. Por serem narrativas autodiegéticas, as obras revelam uma perspectiva única do lugar de enunciação. Com aporte teórico de Hall (2006), Smith e Watson (1992, 2010), Hutcheon (1992), entre outros, este trabalho analisa as estratégias narrativas das obras literárias em trânsito de Menchú e Brand que contribuíram para o processo de construção de uma cartografia temática da memória e das experiências vividas em territórios reais e ficcionais.

Palavras-chave: Des-locamentos. Entre-lugar. Remapeamento. Translocalidade. Pós-colonialismos.

A DILUIÇÃO DE FRONTEIRAS: O ENTRELUGAR DO DISCURSO E LITERATURAS EM TRÂNSITO EM *A MAP TO THE DOOR OF NO RETURN: NOTES TO BELONGING* DE DIONNE BRAND E *I, RIGOBERTA MENCHÚ: AN INDIAN WOMAN IN GUATEMALA* DE RIGOBERTA MENCHÚ

Fernanda Vieira de Sant' Anna (UERJ)

Valeria Silva de Oliveira (UERJ)

A globalização e o crescente fluxo de informação nas sociedades contemporâneas deram fluidez aos processos migratórios em todo o mundo. No entanto a ideia de integração está longe de se tornar uma realidade. As teorias críticas e os estudos culturais e literários atuais sugerem que há um mosaico de contradições (HALL, 2006). Segundo Salgueiro (2014), é urgente “[...] a produção de novos saberes comparatistas para pensar questões que deem conta da mediação de línguas e culturas colocadas em contato de formas tantas vezes imediatistas e, involuntárias, em conflito com poderes hegemônicos, gerando exílios também involuntários” (p. 73-74). O sujeito remapeado resultante de um deslocamento territorial rompe barreiras linguísticas e culturais para traduzir suas novas experiências de mundo através de uma língua estrangeira. Nesse cenário de diluição de fronteiras, sejam elas globais ou locais, as obras de *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging* (2001) de Dionne Brand e *I, Rigoberta Menchú: An Indian Woman in Guatemala* (2009), de Rigoberta Menchú se destacam na fluidez da construção da de subjetividade. Por serem narrativas autodiegéticas, as obras revelam uma perspectiva única do lugar de enunciação.

Dionne Brand é natural de Guayaguayare, Trinidad e Tobago, localizado aproximadamente a 10 km de distância da costa oriental da Venezuela. Posteriormente, migrou para o Canadá onde reside atualmente. Sua obra *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging*, é de difícil categorização, a obra flerta com cartografia e narrativas de infância, ancestralidade Africana, jornadas, histórias, filosofias e literatura, desenhando as mutantes bordas do pertencimento, nação, lar e identidade em si mesma, sendo não-ficção e ficção ao mesmo tempo, e se refere à busca por identidade e pertencimento em um mundo culturalmente imenso e diverso. No viajar pela paisagem Canadense, Dionne Brand leva o leitor para um lugar de imaginação que é também uma falha na história, o meio do caminho, ou “entre-lugar” (SANTIAGO, 2000), onde inúmeros sujeitos hifenizados vivem diariamente. Através das viagens de Brand inseridas no livro, ela explora as relações coloniais e pós-coloniais evocadas pelos lugares que visita em uma geografia de heranças imperiais.

As narrativas pós-coloniais destacam-se por engajarem-se em questões de natureza social e política, denunciando as várias formas de opressão e violência. Ao mesmo tempo, essas várias formas de narrar a experiência realizam-se como um meio disponível/acessível àqueles que são tradicionalmente excluídos para que, por meio das palavras, possam traduzir sua relação com o mundo no qual está inserido. A narrativa-testemunho de Rigoberta Menchú, embora também seja narrada em primeira pessoa objetiva, segundo a própria narradora (MENCHÚ, 2009, p.1), compartilhar não só a experiência individual, mas também a coletiva. Por isso, conforme sugere Bervely (1992, p. 110), Menchú fala da comunidade a partir de um lugar metonímico. Sua autoridade em narrar não só suas experiências, mas também de toda a comunidade não está apenas no fato de Menchú ser uma ativista ganhadora do Nobel da Paz (1992), mas principalmente por ser originalmente uma indígena guatemalteca do grupo Quiché-Maia. Segundo Walter Benjamin (1987, p.214), “o grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais”. Assim, é a partir desse *locus* que é construído o discurso entre-lugar de Rigoberta Menchú, pois ela não é somente uma indígena guatemalteca, mas também uma mulher engajada em questões políticas. No entanto, é importante destacar que não é apenas a natureza da experiência narrada que é deslocada, a forma que a obra é realizada e apresentada também merece a nossa atenção. Por isso, o objetivo do presente estudo é localizar as estratégias narrativas utilizadas no testemunho em questão que contribuíram para a diluição das fronteiras não só de gênero literário, mas também de identidade em *I, Rigoberta Menchú: An Indian Woman in Guatemala*, de Rigoberta Menchú, bem como as marcas autodiegéticas e fragmentárias que marcam *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging*, de Dionne Brand.

Há muita controvérsia em relação a narrativa-testemunho de Menchú principalmente devido a sua gênese. Para chegar ao produto final como o conhecemos hoje, várias etapas foram realizadas. Primeiramente, houve o interesse de Elizabeth Burgos-Debray, uma antropóloga Venezuelana que na ocasião morava em Paris, em escrever sobre Menchú. Após aceitar o convite, Menchú vai ao seu encontro, ocasião em que é combinada a realização de uma entrevista que acontece em uma semana, durante oito horas por dia. Embora Menchú somente falasse espanhol há cerca de três anos apenas na época, esse foi o idioma usado na entrevista. Ao final desse encontro, Burgos-Debray decide organizar as respostas de Menchú na forma de narrativa-testemunho. Segundo Bañales (2014, p. 363), a transcrição e edição de *I, Rigoberta Menchú*, que possivelmente

foi realizada com a participação de outras pessoas, caracteriza um processo de produção e tradução realizado em multicamadas, daí a natureza complexa da obra em questão.

Além disso, há muitas críticas em relação à acurácia do conteúdo narrado no testemunho. Acredita-se que a descrição das mortes de seu irmão, que teria sido queimado em público, e de sua mãe, que também teria sofrido uma morte violenta, não estaria fiel ao que realmente aconteceu. Há também as polêmicas omissões. Menchú informa ao seu leitor desde primeiro capítulo que “coisas indígenas” (MENCHÚ, 2009, p. 9, tradução nossa), ou seja, coisas que “[...] ninguém exceto nós indígenas devemos saber” (MENCHÚ, 2009, p. 15, tradução nossa), não seriam reveladas por respeito à tradição. Sua identidade indígena também permanece em segredo. Não só durante a narrativa, mas também ao final do livro Menchú relembra seu leitor do pacto selado desde início dizendo que “[...] eu ainda mantenho minha identidade indígena em segredo. Eu ainda mantenho em segredo o que eu acho que ninguém deveria saber. Nem mesmo antropólogos ou intelectuais, não importa quantos livros tenham, podem saber de nossos segredos” (MENCHÚ, 2009, p. 289, tradução nossa). Embora o leitor seja informado desde o começo de que haverá omissões, há quem diga que as omissões ocorreram além do esperado. Diante de tantas - aparentes - inconsistências, o antropólogo David Stoll publicou vários livros questionando algumas passagens do testemunho e chegou a sugerir que a estória foi parcialmente fabricada. Durante uma entrevista com Jo-Marie Burt e Fred Rosen¹, Menchú confirmou que de fato as omissões foram além do esperado. No entanto, ela afirma que tal decisão foi necessária para evitar colocar em risco a vida das testemunhas. Há que diga que tais omissões podem ser uma estratégia narrativa no sentido de “performatizar um tipo de sedução retórica, ficcional” (SOMMER, 1991, p. 54) para despertar curiosidade de atenção de seu leitor. No entanto, é possível também que Menchú esteja criando seu próprio “movimento de agressão contra o modelo original” (SANTIAGO, 2000, p. 21).

Independente das polêmicas sobre como a obra foi concebida e do seu conteúdo, o testemunho de Menchú tornou-se obra interessante para os estudos literários não só pela complexidade do narrador, mas também pela natureza complexa da sua forma. Segundo Smith e Watson (2010), testemunho ou *testimonio*

¹ *Truth-Telling and Memory in Postwar Guatemala: An interview with Rigoberta Menchú* Disponível em <<https://nacla.org/article/truth-telling-and-memory-postwar-guatemala-interview-rigobertamench%25C3%25BA>> Acessado em: 18, jul. 2016.

[...] conota o ato de testemunhar [...] John Beverly define o testemunho Latino Americano como “um romance ou narrativa com a extensão de um romance na forma de um livro ou panfleto, narrado na primeira pessoa por um narrador que também é o protagonista real ou testemunha dos eventos que ele ou ela narra, e da qual a unidade narrativa é normalmente a ‘vida’ ou uma experiência de vida significativa”. No *testimonio*, o narrador tem a intenção de comunicar a situação de opressão, luta e aprisionamento de um grupo, para reivindicar algum agenciamento no ato de narrar, e convocar os leitores para que responda ativamente no julgamento da crise. A função principal do testemunho é a sinceridade na intenção, e não a literariedade. E seu impulso ideológico é a “afirmação do ser individual no modo coletivo”. (SMITH; WATSON, 2010, p. 282, tradução nossa)

É possível observar na definição citada que o gênero testemunho deve conter representatividade não só de um indivíduo. O testemunho deve representar a memória coletiva e questões de marginalidade e resistência. Além disso, a definição traz alguma informação sobre o status do narrador. No entanto, percebe-se que não há muita informação quanto à composição textual, apenas diz que a literariedade não é seu foco, mas a sinceridade na intenção. Além disso, a definição supracitada informa à extensão ideal das narrativas-testemunho, que seria o tamanho de um romance de um modo geral. Essa descrição a princípio vaga quanto a sua forma pode ser explicada, entre outros fatores, por sua gênese ser muito recente. Segundo Alós (2009), o gênero testemunho surgiu muito recentemente na América Latina, por volta da segunda metade do século XX em um contexto de grande opressão ditatorial. O testemunho, então, tem sido a estratégia utilizada por muitas escritoras feministas engajadas em questões políticas desde então. Nesse sentido, desde sua gênese, o objetivo desse tipo de narrativa é servir de meio para que as vozes silenciadas para que possam expor ou denunciar o que a “História oficial” (GLISSANT, 1999) ou nas palavras da Hutcheon (1992, tradução nossa) “as grandes narrativas” normalmente não revelam. Para falar dessas questões a partir das vozes daqueles que se encontram à margem da sociedade, surge a necessidade de buscar novas formas de expressão artística, o que resulta em uma obra híbrida. Provavelmente por não seguir as regras de um cânone literário a narrativa-testemunho ainda é considerada por muitos acadêmicos um sub-gênero. Segundo Alós, embora existam várias definições para a narrativa-testemunho, “todas essas definições estão cronológica e espacialmente marcadas, denunciando diferentes *loci* de enunciação teórica” (ALÓS, 2009, P.142). Dessa forma, para buscar alguma definição que sirva para explicar a narrativa-testemunho da Rigoberta Menchú, não podemos ignorar que esta trata de uma comunidade muito específica de indígenas oprimidos, localizada em Guatemala por volta

da segunda metade do século XX. Assim, não há espaço para generalizações no processo de construir conhecimento sobre as narrativas-testemunho.

A narrativa-testemunho pode ser considerada um gênero transgressor não só pela natureza do seu conteúdo, mas também pela sua forma. Embora sua forma desafie o cânone, não podemos desprezar que há uma organização interna, porém inerente à natureza do gênero. É possível observar em *I, Rigoberta Menchú* há um descentramento das estratégias narrativas o que permite que a obra transite livremente no *spectrum* ficção-não-ficção. Uma obra de ficção por exemplo não teria a necessidade de ter uma introdução escrita pelo editor da obra (MENCHÚ, p. xi-xxiii). Segundo Margareth Randall (1992, apud ALÓS, 2009, p. 142), a principal característica do testemunho é o diálogo que se faz com outros gêneros literários e a intertextualidade. Após transcrever a entrevista, Burgos-Debray analisou o conteúdo transcrito e o dividiu em eixos temáticos. Cada tema deu origem a um capítulo e ao respectivo título. Por serem temáticos, os capítulos gozam de certa independência e alguns podem ser lidos alternadamente sem prejuízo ao entendimento do conteúdo. Além disso, a intertextualidade também se faz presente no testemunho em questão com a presença de paratextos no início de cada capítulo. O efeito desses paratextos é estabelecer um diálogo entre o testemunho de Menchú outras fontes e/ou experiências e gêneros literários (por exemplo, a bíblia, Popol Vuh, Miguel Angel Asturias, etc). Além disso, os paratextos contribuem para construir uma narrativa polifônica, onde as várias vozes encontram-se a serviço de denunciar ocorrências violência e opressão e reconstruir uma memória coletiva.

Se em Rigoberta Menchú, temos uma indígena guatemalteca politicamente engajada, em Dionne Brand temos uma filha da diáspora africana, ativista social, nascida em Guayaguayare, Trinidad & Tobago, emigrada para o Canadá para cursar universidade. Em Brand tem-se a construção de um *locus* que desconhece suas raízes, visto que sua história possui uma ruptura que não pode ser respondida. E ainda que pudesse e a nação africana de sua ancestralidade pudesse ser revelada, isso ainda diria pouco sobre quem a autora é. Como ela mesma afirma

“Eu carreguei esse espaço comigo. Com o tempo, ele mudou de forma e luz como a questão que evocava mudou em aparência e ângulo. O nome do povo da qual viemos cessou de importar. Um nome teria confortado uma menina de 13 anos. A questão, contudo, era mais complicada, com mais nuances. [...] Mas a ruptura que essa troca com meu avô relevou era maior do que a necessidade por laços familiares. Era uma ruptura na história, uma ruptura na qualidade da existência” (BRAND, 2001, pp. 4-5, tradução nossa).

A experiência diaspórica de Brand e sua história interrompida na ruptura se refletem na estrutura da sua obra, de narrativa não unitária, fragmentária e que mescla diversos formatos, como narrativas de infância, ancestralidade africana, jornadas, histórias, filosofia e literatura, viajando pela paisagem canadense, levando o leitor além de fronteiras definidas para um lugar na imaginação e também uma ruptura histórica do entre-lugar, onde sujeitos hifenizados vivem diariamente.

A questão da autenticidade da narrativa de Brand não é colocada como questão pois escapa à definição atribuída à obra de Menchú. Brand compõe uma obra mista de ficção e não-ficção, tornando sua classificação difícilíssima, se não impossível. Outrossim, ainda que a houvesse uma questão de autenticidade a ser tratada, sua significância seria levada a segundo plano, pois o jogo narrativo da obra de Menchú e Brand preenchem uma lacuna histórica cuja resposta pode ser a ficção (GLISSANT, 1999, pp. 61-65). Soma-se a isso o fato da expressão literária não ser uma mimese simplista da realidade, mas uma representação de uma interpretação que passa pela subjetividade do autor. O trânsito das personagens em Menchú e Brand compõem a migração e recomposição de uma identidade marcada pela fragmentação e pela marginalidade. O que a realidade não pode dar conta, a ficção pode apresentar uma resposta ou mesmo um melhor questionamento. Nesse contexto, a obra autodiegética de Brand se mescla às matérias de jornais, pequenos contos e trechos poéticos, em um formato fragmentário que traduz a identidade hifenizada da autora e de sujeitos hifenizados da diáspora africana. Se a identidade negra é ideológica e nasce para se opor ao seu oposto, a identidade branca, Brand propõe uma nova ideologia, onde o sentimento de exílio/degredo se torna parte integrante da subjetividade diaspórica, em contraposição à ideia de uma necessidade de origem que foi negada.

Segundo Silviano Santiago, “a maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem a ser a destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza” (SANTIAGO, 2000, p. 16). Assim, na colcha de retalhos das subjetividades híbridas e des-locadas, essa destruição dos conceitos de “unidade e pureza” permeia as estratégias narrativas encontradas na narrativa-testemunho de Rigoberta Menchú, assim como se infiltram na obra ficcional/não-ficcional de Dionne Brand. O hibridismo e des-locamento presente nas formas e conteúdos situam tanto a narrativa-testemunho de Menchú, quanto a cartografia de Brand em um espaço de entre-lugar do discurso latino e afro-americano. O que, em Brand, funciona como uma projeção da identidade híbrida e des-locada da autora, que se sedimenta nas tramas de sua obra, agindo como a proposição de uma identidade “à deriva” e não mais uma busca por origens, que não dariam conta de toda a

herança histórica e todo o apagamento vivido de uma identidade des-locada. Uma subjetividade que não está aprisionada na carência de origem ou preocupada com o porto de destino, mas uma identidade que se baste em si mesma, que abrace a ruptura histórica, como o segredo que nem antropólogos ou intelectuais podem saber sobre a identidade indígena em Menchú. E talvez não possam saber pois não há resgate histórico possível na ruptura, mas uma reconstrução através de uma abordagem criativa pode se colocar como solução na construção das identidades em trânsito e hifenizadas. Retomamos, assim, à ideia de Glissant sobre a necessidade de uma resposta criativa às lacunas das narrativas oficiais que compreenda as subjetividades pós-coloniais (GLISSANT, 1999, pp. 61-65).

Em síntese, tanto *I, Rigoberta Menchú* quanto *A Map to the Door of No Return*, lidam com a narrativização histórica de vozes silenciadas pela narrativa hegemônica. As narrativas históricas coloniais são antes recortes ideológicos do que narrativas históricas meramente factuais, apagando tudo quanto não fosse parte do discurso colonial-hegemônico. Em um diálogo da (des)construção da subjetividade colonial no pós-colonial, *I, Rigoberta Menchú*, e *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging* de Dionne Brand traçam cartografia temática, percorrendo sobre as mutantes fronteiras do pertencimento, nação, lar e subjetividade *per se*. Menchú e Brand são sujeitos de uma escrita em trânsito, remapeando memórias em territórios reais e ficcionais. Brand e Menchú desdobram a construção de um entendimento parcial de história e história pessoal de sujeitos hifenizados através de suas vozes autobiográficas. Explorando, assim, aspectos de construção de subjetividade dentro do discurso pós-colonial, que representa uma ruptura histórica e uma ruptura na qualidade do existir que também é uma ruptura física e geográfica (BRAND, 2002, pp. 4-5). Em um movimento poético, a forma e o conteúdo das obras aqui trabalhadas são igualmente significativas e precisam ser consideradas. O *testimonio* de Menchú e a obra híbrida de ficção e não-ficção de Brand fundamentam um diálogo entre a subjetividade do ser indígena e do filho da diáspora africana. Os lugares de fala das autoras e os formatos de suas obras se mesclam no processo de remapeamento de suas memórias e experiências vividas como sujeitos do período pós-colonial. Smith e Watson (2010) afirmam que as narrativas autobiográficas oferecem "verdades" subjetivas ao invés de "fatos" e quando narradores de suas vidas escrevem para explorar certos temas, períodos ou eventos, de certa forma, estão fazendo "história" (p. 10). Dessa maneira pode-se entender que textos de natureza autobiográficos contêm uma negociação entre fatos e emoções sobrepostas, uma negociação entre eventos e a interpretação subjetiva desses eventos que perpassa pela subjetividade do narrador.

REFERÊNCIAS

ALÓS, Anselmo Peres. “Literatura e intervenção política na América Latina: relendo Rigoberta Menchú e Carolina Maria de Jesus”. *Cadernos de Letras da UFF*, [S.l.], n° 38, pp. 139-162, 2009, 1º sem. Disponível em <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/38/artigo8.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2016.

BAÑALES, Victoria M. “Women with guns: translating Gender in I, Rigoberta Menchú”. In: ALVAREZ, Sonia et al. *Translocalities/Translocalidades: feminist politics of translation in the Latin/a Américas*. Durham and London: Duke University Press, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. Trad: S.P., Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 3ed, 1987.

BERVELY, John. “The Margin at the Center: On Testimonio”. In: SMITH, Sidonie; WATSON, Julia (Ed). *De/Colonizing the Subject: The Politics of Gender in Women’s Autobiography*. Minnesota: University of Minnesota Press/ Minneapolis, 1992. p. 91-114.

BRAND, Dionne. *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging*. Canada: Doubleday Canada: 2001.

GLISSANT, Édouard. “History – Histories – stories”. In: *Caribbean Discourse: selected essays*. Caraf Books. Charlottesville: University Press of Virginia, 1999. p. 61-69

HALL, Stuart (ed). DU GAY, Paul (ed). *Questions of Cultural Identity*. London. Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 2006.

HUTCHEON, Linda. *The Politics of Postmodernism*. London: Routledge, 1992.

MENCHÚ, Rigoberta. *I, Rigoberta Menchú: An Indian Woman in Guatemala*. Elizabeth Burgos-Debray (ed). Ann Wright (trad). London: Verso, 2009.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. “Traduzir a negritude: desafio para os estudos de tradução na contemporaneidade”. *Cadernos de Letras da UFF*, [S.l.], v. 24, n. 48, pp. 73-90, 2014. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/124>>. Acesso em: 20 maio 2015.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SMITH, Sidonie; WATSON, Julia. *Reading Autobiography: A Guide for Interpreting Life Narratives*. London: University of Minnesota Press, 2010.

SOMMER, Doris. “No Secrets: Rigoberta’s Guarded Truth”. *Women’s studies: an interdisciplinary journal*. Routledge. Cambridge: Massachusetts, v. 20, 1991, p.51-72.